



miguilim

revista eletrônica do neilli

volume 7, número 2, maio-ago. 2018

A FALTA DE LIMITES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: AS CARACTERÍSTICAS DO PATRIMONIALISMO NO II REINADO NOS CONTOS “TEORIA DO MEDALHÃO” (1882) E “FULANO” (1884), DE MACHADO DE ASSIS



THE LACK OF LIMITS BETWEEN THE PUBLIC AND THE PRIVATE: THE CHARACTERISTICS OF PATRIMONIALISM IN THE II REIGN WITHIN THE TALES "THEORY OF THE MEDALION" (1882) AND "SO- AND-SO" (1884), BY MACHADO DE ASSIS

Rafael Lucas Santos da SILVA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | O AUTOR
RECEBIDO EM 30/06/2018 • APROVADO EM 20/08/2018

Resumo

Trata-se aqui de demonstrar resultados de uma pesquisa que procura examinar como a produção literária do escritor Machado de Assis (1839-1908) expõe e problematiza a cultura política patrimonialista do II Reinado (1840-1889), tendo como *corpus* para análise os contos *Teoria do medalhão* (1882) e *Fulano* (1884). Ambos são narrativas muito significativas sob o ângulo da pretensão individual de galgar na sociedade o prestígio sociopolítico, por isso partimos do pressuposto de que o universo imaginário dos contos em questão possui uma organicidade, com visões de mundo que apontam para horizontes análogos. A nossa hipótese de leitura é de que a coerência interna das narrativas dos dois contos é constituída a partir da

redução estrutural do Estado patrimonialista e do estamento-burocrático, fenômenos descritos e analisados pelo jurista Raymundo Faoro (1925-2003) no livro *Os donos do poder*. Ao longo da construção da análise, percebe-se como ambos os contos problematizam um estilo político em que o poder é arbitrário, originado por uma tradição que trata a coisa pública como privada, dificultando boas relações a nível entre Estado e Sociedade. Nessa perspectiva do nosso propósito, nos deparamos com a dimensão da cultura política das elites do II Reinado brasileiro, que se caracteriza pela predominância das relações familiares e as práticas de patronagem que se formam ao seu redor, perpetuando-se sob a base estrutural do Estado patrimonial.

Abstract

This paper aims to show results of a survey that examines how the literary production of the writer Machado de Assis (1839-1908) exposes and discusses the patrimonial political culture of the II reign (1840-1889), having as *corpus* for analysis, the tales *Theory of the medallion* (1882) and *So-and-so* (1884). Both narratives are very significant from the standpoint of individual claim to move up in society the social and political prestige, so we assume that the imaginary universe of the tales in question has an organic structure, with world views that point to similar horizons. Our reading hypothesis is that the internal coherence of both narratives is made from structural reduction of the patrimonialist state and bureaucratic state, both phenomena that have been described and analyzed by the jurist Raymundo Faoro (1925-2003) in the book *The owners of power* (1958/1975). Throughout the construction of the analysis, one can see how both tales problematize a political style in which power is arbitrary, originated by a tradition that treats the public thing as private, hindering good relations between State and Society. In this perspective of our purpose, we face the dimension of brazilian II Reign elite political culture, which is characterized by the predominance of family relationships and patronage practices that are formed around them, perpetuating itself under the structural basis of the patrimonial state.

Entradas para indexação

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Brasileira. Machado de Assis. Patrimonialismo no II Reinado. Estamento. Público e privado.

KEYWORDS: Brazilian Literature. Machado de Assis. Patrimonialism in the II Reign. State. Public and Private.

Texto integral

1 Considerações iniciais

Escritor durante cinco decênios, Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908) foi arguto em expor e refletir os meandros da história social e política do II Reinado (1840-1889), cifrando em sua obra literária interesses escusos de proprietários, manipulações políticas, preconceitos e mazelas do conjunto da vida

brasileira em variados aspectos de seus conflitos históricos. A construção e mobilização dessa compreensão atual de Machado de Assis só foi possível em consequência dos estudos rigorosos de Alfredo Bosi, Jean Michel-Massa, Raymundo Faoro e Roberto Schwarz, os quais representam, segundo Ferreira (2016), uma inflexão decisiva na recepção crítica de Machado de Assis ocorrida no decênio de 1970, na qual esforçaram-se em “identificar os vínculos do escritor com a realidade social, retirando-o do isolamento excêntrico em que suas interpretações biográficas o haviam colocado” (FERREIRA, 2016, p. 13). Antes deles, portanto, era forte o equívoco “em torno da análise de Machado de Assis [que era] o da sua falta de comprometimento com as questões de seu tempo” (GRANJA, 2006, p. 67).

Equívoco bastante irônico, aliás, uma vez que, desde o início de sua carreira, Machado de Assis considerou de extrema importância que os escritores estivessem atentos aos acontecimentos políticos de sua sociedade, como consta em crítica de 1858: “a literatura não pode ser perfeitamente um culto, um dogma intelectual, e o literato não pode aspirar a uma existência independente, mas sim tornar-se um homem social [...]” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 787-788).

De fato, concordamos com Schwarz que, “com efeito, a prosa machadiana é das raríssimas que pelo seu mero movimento constituem um espetáculo histórico-social complexo, do mais alto interesse” (SCHWARZ, 1990, p. 11). Contudo, no que tange especificamente à história política, Gledson (1991) considera que é um tópico que ficou a desejar ao longo da recepção crítica da obra machadiana, visto que poucos foram os críticos que decidiram se aprofundar nessa relação.

A respeito do repertório político das ficções machadianas, Gledson (1991) assinalou que o interesse do autor de *A mão e a luva* pela política nunca foi negado pelos seus críticos, “mas com bastante frequência esse interesse tem sido encarado como acidental e negativo, revelado em histórias e incidentes isolados, ou nos romances, em personalidades individuais que são objeto de sátira” (GLEDSON, 1991, p. 86).

Tal enunciado estimulou a produção deste artigo, pois Gledson (1991) evidenciava a ainda atual necessidade de relacionar a obra ficcional machadiana com a história política brasileira. A questão que se impôs foi, obviamente, qual aspecto político? Pelo fato de acreditarmos na utilidade heurística dos estudos do jurista Raymundo Faoro (1925-2003) para explicar boa parte dos conflitos políticos, econômicos e sociais ocorridos durante o II Reinado (embora seus conceitos e análises não esgotem essa realidade social), nos propomos, portanto, a ampliar o diálogo entre a produção literária machadiana de contos e a cultura política patrimonialista do II Reinado (1840-1889), tendo por base as categorias de dominação política, Estado patrimonial e estamento-burocrático, conforme utilizadas por Faoro na obra *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* (1984).

Conseqüentemente, a rigor, o desdobramento de nossa análise surgiu, em grande medida, por termos eleito como paradigma metodológico a proposta de Candido a respeito da *redução estrutural*:

Na verdade, o que interessa à análise literária é saber qual a função exercida pela realidade social historicamente localizada para constituir a estrutura da obra — isto é, um fenômeno que se poderia chamar de formalização ou *redução estrutural dos dados externos* (CANDIDO, 1993, p. 33, grifo nosso).

Dessa maneira, a nossa hipótese de leitura é de que a coerência interna da narrativa dos contos *Teoria do medalhão* (1882) e *Fulano* (1884) é constituída a partir da redução estrutural da cultura política patrimonialista presente durante o II Reinado

Para comprimir o objetivo proposto, apresentamos, primeiramente, o empreendimento historiográfico estabelecido por Raymundo Faoro em *Os donos do poder*, delimitando suas preposições e conjecturas a respeito da base estrutural do Estado patrimonial e o quadro administrativo estamental-burocrático durante o II Reinado. Em seguida, é desenvolvida a nossa análise dos contos em questão, delineando como problematizam a forte tendência das elites políticas em não distinguir a esfera da *res Publica* com a do interesse privado, de modo que haja um estilo político em que o poder é arbitrário que coopta subjetivamente os cidadãos para terem interesse em ingressar no estamento-burocrático. A fim de uma interpretação profícua dos fenômenos ocorridos nos contos selecionados para nosso *corpus* de análise, também recorreremos ao capítulo IV do ensaio *Carnavais, Malandros e Heróis*, no qual Roberto DaMatta (1997) realiza uma penetrante investigação sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil.

2 A base estrutural do Estado patrimonial e o quadro administrativo estamental-burocrático durante o II Reinado

Os seis decênios que se seguiram à abdicação de d. Pedro I, correspondente à dois períodos, com fisionomias nítidas, denominados Regência (1831-1840) e II Reinado (1840-1889), são extremamente importantes por terem marcado decisivamente o conjunto da vida brasileira em variados aspectos.

Esse período do II Reinado, compreendido entre 1840 e 1889, é investigado detalhadamente por Raymundo Faoro em três capítulos de *Os donos do poder*, respectivamente *O sistema político do Segundo Reinado*, *A direção da economia no Segundo Reinado* e *O renascimento liberal e a República*.

Ao utilizar o conceito de “patrimonialismo” na análise da formação histórico-política do Brasil, Faoro (1984) reduziu o papel do senhoreado rural, pois considerava que é o estamento-burocrático que dirige a sociedade, a partir das funções institucionalizadas. Assim, a publicação de *Os Donos do poder* aprofundou o debate das ciências sociais a respeito das relações entre sociedade civil e Estado e da presença da lógica privada na esfera pública.

O cientista político Décio Saes propõe que nos estudos a respeito do público e privado na política brasileira, a obra de Raymundo Faoro “representa um salto

qualitativo. Isso porque, de fato a sua análise da formação e do desenvolvimento do Estado no Brasil se apoiou nos conceitos weberianos de Estado patrimonial puro, Estado estamental e Estado moderno” (SAES, 1985, p. 19). De modo sintético e esclarecedor, Cardoso expõe que “[...] Faoro não foi o primeiro autor a usar as ferramentas weberianas para interpretar o Brasil. Usou-as, contudo, com maior alcance e rigor do que seus antecessores, maior mesmo do que Sérgio Buarque de Holanda [...]” (CARDOSO, 2013, p. 260).

Com efeito, o ponto nodal de sua interpretação consistiu em demonstrar que uma particularidade do trajeto histórico da nação brasileira é que o Estado e sua estrutura de poder não correspondem nem representam a sociedade por estar alicerçado na forma de dominação patrimonial, caracterizada pela presença de um estamento-burocrático cujo eixo de poder está no controle da minoria dirigente do sistema político-administrativo das funções institucionais, concretizando um comportamento cada vez mais distante de uma burocracia de tipo racional-legal.

Conforme Faoro, somente o capitalismo politicamente orientado é “compatível com a organização política estamental, sempre gradativamente burocrática, ajusta a si o direito, limita a ideologia econômica, expande-se em monopólios, privilégios e concessões” (FAORO, 1984, p. 67). A configuração do estamento afasta-se, pois, da absorção do poder pela economia, e até opõe-se insistentemente contra a incolumidade das liberdades do comércio, pelo aprisionamento das atividades econômicas, devido a acentuar, cada vez mais que possível, o papel interventor e diretor do Estado:

O patrimonialismo, organização política básica, fecha-se sobre si próprio com o estamento, de caráter marcadamente burocrático. Burocracia não no sentido moderno, como aparelhamento racional, mas da apropriação do cargo — o cargo carregado de poder próprio, articulado com o príncipe, sem a anulação da esfera própria da competência. (FAORO, 1984, p. 84).

Com as liberdades econômicas tolhidas, o primado do estamento consiste que “esta minoria comanda, disciplina e controla a economia e os núcleos humanos” (FAORO, 1984, p. 203), enquanto:

A classe é um fenômeno da economia e do mercado, sem que represente uma comunidade [...]. Ter ou não ter — obter lucros, possuir bens, ou desfrutar de ingressos econômicos em virtude de habilitação profissional — situam a classe, positiva ou negativamente qualificada. O ter e não ter, a capacidade de lucro ou salário refere-se ao mercado, aos valores que se podem fixar em termos econômicos, redutíveis, em expressão última, ao dinheiro. [...] Num período pré-capitalista — de capitalismo comercial ou de capitalismo politicamente orientado —, elas se acomodam e se subordinam ao quadro diretor, de caráter estamental. [...] A ascensão social se desvia, no topo da pirâmide,

num processo desorientador, com o ingresso no estamento. A ambição do rico comerciante, do opulento proprietário não será possuir bens, senão o afidalgamento, com o engaste na camada do estado-maior de domínio político. (FAORO, 1984, p. 205).

Com isso, Faoro (1984) tenciona demonstrar que pelo fato da estrutura política do Brasil possuir o perfil de Estado patrimonialista e estamental-burocrático, haverá no século XIX enorme homogeneização dos valores e das condutas, devido, justamente, à enorme pretensão em se ingressar no estamento. A possibilidade de se realizar este ingresso ocorre, principalmente, através do cargo público. Conquistá-lo será o fator decisivo, não exatamente para a conquista do sucesso econômico, pois isto é subsequente ao grande e profundo êxito de se obter um poder acompanhado da nobreza estamental, a qual possibilitará aproveitar-se de oportunidades políticas. "O cargo público, a velha realidade do estamento, será o único foco de poder, poder que dá prestígio, enobrece, propicia e legitima a riqueza", explica Faoro (1984, p. 310). Não sem dificuldade, percebe-se como essa consideração de Faoro (1984) está estofada do instrumental sociológico de Max Weber. É dedicando-se a essa diferença das características do modo de agir da classe e o do estamento que Weber (1974) escreverá seu ensaio *Classe, estamento, partido*, no qual enfatizou que, na organização moderna de capitalismo racional, os interesses são determinados pelo mercado, estabelecendo como soberano aos membros da classe o fato de que "o poder se baseia na propriedade como impulso em ações no mercado" (WEBER, 1974, p. 216). Dessa maneira, o estamento, ou quem pretende nele ingressar, posiciona-se contrário a esse sucesso econômico conquistado exclusivamente por intermédio do mercado, pois quem faz essa recusa das "oportunidades de usar, em proveito próprio, bens e serviços no mercado, [...] não são porém, uma 'classe'. São, antes, um 'estamento'" (WEBER, 1974, p. 214).

Assim, Weber (1974) acentuará ser outra a índole do estamento do que o sucesso econômico no mercado: esta índole será a das honras sociais de um estilo de vida particular daqueles que pertencem ao estamento. Conforme assinala o autor de *Classe, estamento, partido*, "os 'estamentos' se estratificam de acordo com os princípios de seu consumo de bens, representado por 'estilos de vida' especiais" (WEBER, 1974, p. 226). Semelhantemente, por conseguinte, Faoro (1984) reconhecerá que o estamento brasileiro, para permitir o ingresso em seu seio, não realiza "distinção entre o rico e o pobre, o proprietário e o homem sem bens" (FAORO, 1984, p. 318). Sem realizar essa distinção, o estamento envolveria quem pretendesse ingressá-lo em um domínio ideológico muito maior, a partir da determinação das expectativas de condutas por "valores: valores éticos, valores religiosos e principalmente valores políticos" (FAORO, 1993, p. 16). Portanto, Faoro (1993) alega que o estado patrimonial e estamental-burocrático "torna o indivíduo dependente do poder que lhe dita, pela definição de valores, a conduta" (FAORO, 1993, p. 16).

Assim, esse ingresso no estamento ocorre, principalmente, a partir do cargo público, posto que este congrega, reúne e domina a economia. Como muito bem percebeu Faoro (1984), no século XIX se instaurou uma "apaixonada caça ao

emprego público" (FAORO, 1984, p. 390), o que é, com efeito, "a primeira consequência, a mais visível, da ordem burocrática, aristocrática no ápice" (FAORO, 1984, p. 390), do estamento. Significativamente para Faoro (1984) o cargo público equivale-se ao poder da honra social, observado por Weber (1974) como inerente ao estamento, uma vez que o cargo público nobilita, "oferece o poder e a glória, só ele eleva, branqueia e decora o nome" (FAORO, 1984, p. 390). Por isso, Faoro (1984) alega não haver nesse caminho de nobilitação a retirada do grupo encastelado no Estado, porque:

Não se trata de uma classe, grupo ou camada que se apropria do Estado, do seu mecanismo burocrático, para o exercício do governo. Uma categoria social, fechada sobre si mesma, manipula lealdades com o cargo público, ela própria, sem outros meios, assentada sobre as posições políticas. Entre a carreira política e a dos empregos há uma conexão íntima e necessária, servindo o Estado como despenseiro de recursos, para o jogo interno da troca de vantagens. (FAORO, 1984, p. 389).

Esse vínculo entre o emprego público e a carreira política, como o percurso completo do caminho da nobilitação, será trilhado com maior facilidade, devido a um maior conhecimento do jogo político, pelos bacharéis. "O letrado se torna letrado para conquistar o cargo, para galgar o parlamento, até que o assento no Senado lhe dê o comando partidário e a farda ministerial, pomposa na carruagem solene", salienta Faoro (1984, p. 390). Haverá, assim, grande prestígio àqueles que se formam nas Universidades e obtenham o diploma; um prestígio como instrumento em que o estamento se expande e se sustenta. Em outras palavras, o anel e o diploma seriam presentes legítimos do estamento, porquanto:

O bacharel, o pré-juiz, o pré-promotor, o pré-empregado, a véspera do deputado, senador e ministro, não criam a ordem social e política, mas são seu filho legítimo. O sistema prepara escolas para gerar letrados e bacharéis, necessários à burocracia, regulando a educação de acordo com suas exigências sociais. Eles não são flores de estufa de uma vontade extravagante, mas as plantas que a paisagem requer, atestando, pelo prestígio que lhes prodigaliza, sua adequação ao tempo. (FAORO, 1984, 388).

Não há dúvida para os estudos sociais da importância do bacharel na configuração político-social brasileira. A nosso ver, trata-se de uma importante absolutização dos valores hegemônicos dessa instância superior, que rege, controla e regulamenta a sociedade e a economia – o estamento. A dominação patrimonial do estamento, que busca progressivamente a burocratização do aparato governamental, associa-se aos bacharéis, com vistas a utilizá-los como instrumentos administrativos, incidindo desse modo o controle das forças políticas aos interesses econômico-sociais. É esta uma associação nítida na história social

brasileira, como esclareceu Adorno (1988) ao realizar seu estudo de caso sobre a Faculdade de Direito de São Paulo. Segundo o autor de *Os aprendizes do poder*, durante o século XIX, o Brasil erige o seu Estado como um imenso arquipélago de magistrados, na medida em que:

Operando no contexto de uma monarquia patrimonial, apropriaram-se os bacharéis das oportunidades de acesso e promoção nas carreiras diretivas dos órgãos centrais e regionais de governo. Via de regra, os cargos do judiciário (juízes e carreiras afins à magistratura), no executivo (delegados de polícia, presidentes e secretários provinciais, ministros e conselheiros de Estado) e no legislativo foram predominantemente ocupados por bacharéis. (ADORNO, 1988, p. 78).

Os bacharéis tornaram-se, assim, marcos culturais na sociedade brasileira, por ser aqueles que promovem a vitaliciedade do quadro administrativo estamental-burocrático em sua cultura política patrimonialista de distribuição de privilégios e favores governamentais no Estado brasileiro, de modo que posições e cargos são indistintamente explorados a fim de se extrair benesses pessoais.

3 O desejo de conquistar prestígio sociopolítico através do ingresso no estamento-burocrático

Ambos os contos que compõe o *corpus* de análise do presente artigo foram publicados no decênio de 1880. *Teoria do medalhão* pertence à coletânea intitulada *Papéis avulsos*, que foi publicada em 1882, enquanto o conto *Fulano* pertence à coletânea *Histórias sem data*, de 1884. Partimos do pressuposto de que o universo imaginário dos contos possui uma organicidade, com visões de mundo que apontam para horizontes análogos, cuja ressonância intertextual pauta-se no desejo da conquista do prestígio sociopolítico.

Ambos os contos possuem uma ação unívoca. *Teoria do medalhão* consiste em um diálogo entre um pai e seu filho, esta última personagem é conhecida como Janjão, enquanto o pai não é nomeado nenhuma vez ao decorrer do diálogo; enquanto *Fulano* focaliza a abertura do testamento de seu protagonista, Fulano Beltrão, a partir da perspectiva de um amigo, não nomeado, que vai em direção ao juízo da provedoria.

3.1 “Fecha aquela porta; vou dizer-te coisas importantes”

O diálogo em *Teoria do medalhão* principia ao término do jantar de comemoração ao aniversário de Janjão, o qual está completando 21 anos de idade. O conto é objetivo em relação ao conflito, pois o pai, ao iniciar os conselhos ao seu

filho, vai direto ao ponto. A questão nevrálgica do conto é, a rigor, a intenção do pai que, ao dialogar com o seu filho Janjão, o ensina a teoria para exercer o ofício de medalhão.

A teoria exposta pelo pai consiste, pois, em estratégias e perspectivas de ação para que o percurso trilhado pelo filho na vida pública lhe possibilite a conquista de prestígio e ascensão social, culminando em grande notabilidade pública. Ser medalhão será, justamente, alcançar uma prestigiosa notabilidade pública, que fará o filho Janjão se levantar “acima da obscuridade comum” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 288). Depreende-se do discurso do pai o que Faoro (2001) considerou “o temor da obscuridade, o abismo da obscuridade um dos motivos-chave de Machado” (FAORO, 2001, p. 542) para construção de suas personagens. Há, em primeiro lugar, o próprio fato do pai ter sido condenado à obscuridade, o que é admitido com tristeza ao filho, logo quando lhe começa a expor o perfil do ofício de medalhão:

Ser medalhão foi o sonho da minha mocidade; faltaram-me, porém, as instruções de um pai, e acabo como vês, sem outra consolação e relevo moral, além das esperanças que deposito em ti. Ouve-me bem, meu querido filho, ouve-me e entende. (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 83).

A esperança que o pai deposita em seu filho Janjão é também temor de que este não logre êxito nessa empresa de tornar-se medalhão, são sentimentos justapostos, como dois lados de uma moeda.

Nesse sentido, um fato extraordinário é, com efeito, o de receber conselhos que facilitarão lograr êxito nessa empresa de tornar-se medalhão. A importância de se recebê-los, e que estes são dados a Janjão no dia de seu aniversário, quando se torna “definitivamente maior” (MACHADO DE ASSIS 1994, p. 288), induzem a considerar que são o melhor e mais importante presente que poderia receber. Porém, não são um tributo familiar transmitido de geração em geração; é o próprio pai quem o diz ao admitir seu fracasso em tentar ser medalhão: “faltaram-me [...] as instruções de um pai” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 289), – e isso nos faz induzir que seu pai (o avô de Janjão) também não obteve notabilidade pública. Assim, somos levados a concluir que a origem da família de Janjão não é a fidalguia ou a nobreza aristocrática, nem que foram pertencentes ao estamento, dado que os conselhos recebidos por Janjão correspondem a modos de conduta: logo, o que o pai de Janjão não recebeu do próprio pai foram instruções de modelar-se às convenções implicadas nos valores da honra social do estamento; e que isso será justamente os conselhos com os quais presenteará Janjão, instruindo-o a como agir de modo a demonstrar possuir os mesmos valores pertencentes ao estamento.

Após a compreensão dessas circunstâncias, pode-se conceber uma interpretação do título do conto, o qual equipara os conselhos do pai de Janjão a uma teoria (“Teoria do medalhão”). A rigor, consistem em um modelo explicativo do fenômeno social que é o medalhão, isto é, a posse de uma prestigiosa notabilidade pública, sendo que a preocupação do pai de que Janjão preste

absoluta atenção em cada pormenor neles é a expressão de sua pretensão em propor ao filho que são eficazes para que ele possa vir a possuir uma prestigiosa notabilidade pública, isto é, em seu diálogo pretende estabelecer a verdade de como o indivíduo torna-se medalhão.

Para que assim seja, o pai de Janjão, em sua existência cotidiana de indivíduo comum, sem notabilidade, precisaria ter rigorosamente observado as condutas empíricas que socialmente são estabelecidas a partir da honra social do estamento, o que só seria possível, por sua vez, ao não pertencer a um estrato social economicamente inferior. Por isso, acreditamos que o pai de Janjão faz parte da “galeria burguesa de Machado de Assis [que] brota do chão, expande-se e se enriquece, mas não domina nem governa” (FAORO, 2001, p. 17). Em outras palavras, a origem familiar de Janjão logrou um êxito exclusivamente econômico, mas não possui o sentimento de honra, influência e prestígio do estamento, uma vez que “o estamento impede, obscurece, denigre a classe, com suas riquezas” (FAORO, 2001, p. 16).

O próprio modo como o pai principia seus conselhos põe em evidência esse dado; logo que ele e Janjão sentam-se para iniciar o diálogo, o pai salienta as condições atuais que permitirão a Janjão a promoção aos altos postos, sendo que a condição de Janjão, aos recentes 21 anos completados, é a de quem possui apólices, que lhe asseguram a boa posição econômica, além de um diploma de bacharel. Com isso, o pai argumenta que Janjão está diante de “infinitas carreiras” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 288). Cita até mesmo algumas dessas carreiras que podem ser seguidas por Janjão; são carreiras “na imprensa, na lavoura, na indústria, no comércio, nas letras ou nas artes” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 288). Todas essas carreiras, bem entendido, referem-se à obtenção de salário, o que as relaciona ao mercado, no sentido do que se pode fixar em termos econômicos. Não é de modo algum sua intenção impor-lhe o destino de alguma dessas profissões, mas apenas que, “qualquer que seja a profissão da tua escolha, o meu desejo é que te faças grande e ilustre [...] que te levantes acima da obscuridade comum” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 288).

Contudo, as profissões podem ser infrutíferas e o pai não quer que as forças de engenho aplicadas por Janjão reduzam-se a séries causais vazias de possibilidades de conquistar a ascensão social. Assim, aconselha-o ser “de boa prática social acautelar um ofício para a hipótese de que os outros falhem, ou não indenizem suficientemente o esforço da nossa ambição. É isto o que te aconselho hoje, dia da tua maioridade” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 289).

Tal ofício é o de medalhão, cujas estratégias e perspectivas de ação para exercê-lo configura o núcleo estético do conto *Teoria do medalhão*. O feliz gozo de uma existência em que se possui notabilidade pública está subordinado à prática desses conselhos. A partir destes, evidencia-se que não é a profissão o responsável pela conquista da notabilidade, de que jamais a profissão que exige “o trabalho de todos os dias, suado e fatigante, com a poupança de real a real” (FAORO, 2001, p. 28) possibilitará conquistar uma prestigiosa notabilidade pública. Exatamente por isso, não importa ao pai qual profissão será escolhida por Janjão, desde que seu filho rumine bem os conselhos com os quais o presenteia, a fim de praticá-los o melhor possível e assim tornar-se um medalhão. Depreende-se aqui o núcleo da

coerência estética que se encontram os fatores sociais, compreendidos como internos à obra literária.

Portanto, a rigor, ao constatarmos que para o pai de Janjão não importa qual será a profissão escolhida pelo filho, devido a ter observado empiricamente que na sociedade em que vivem as profissões, com suas remunerações, não são as responsáveis pela conquista da notabilidade pública, percebe-se expresso nisso uma índole pré-capitalista, na medida em que numa organização moderna de capitalismo racional os interesses individuais são determinados pelo mercado. Interesses determinados pelo mercado implicam, entre outros, a livre profissão. Ao longo de todo o diálogo entre Janjão e seu pai, este não o aconselha a utilizar em seu proveito bens e serviços do mercado para tornar-se medalhão.

Com isso, o significado de ser medalhão como forma literária manifesta internamente a redução estrutural do Estado patrimonialista e estamental-burocrático brasileiro. O pai de Janjão, assim, configura exatamente a subordinação individual ao estamento, como estudado na segunda seção. Sem pertencer a um estrato social economicamente desfavorecido, o pai de Janjão não quer que seu filho fracasse em tornar-se medalhão, por isso aconselha-o a viver ao mesmo estilo dos valores professados pelo estamento, pois só assim se levantará acima da obscuridade. E práticas com o intermédio do mercado estão excluídas de seus conselhos, uma vez que a partir de suas observações empíricas está ciente que elas estão fadadas ao fracasso. Dessa maneira, os conselhos do pai para Janjão tornar-se medalhão exprimem precisamente que:

A ascensão social se desvia, no topo da pirâmide, num processo desorientador, com o ingresso no estamento. A ambição do rico comerciante, do opulento proprietário não será possuir bens, senão o afidalgamento, com o engaste na camada do estado-maior de domínio político. (FAORO, 1984, p. 205).

É possível também concluir nos conselhos do pai de Janjão a necessidade do diploma de bacharel para realizar esse engaste no estamento. A sua referência à titulação de Janjão é meramente ornamental, destacando implicitamente o *status social* que é possuir um diploma de bacharel e conseqüentemente os infinitos benefícios em possui-lo. A referência ao diploma feita pelo pai também está atrelada às diversas profissões que o filho pode escolher, evidenciando exatamente os estudos de Adorno (1988), a respeito do fato de que possuir diploma no século XIX representava acima de tudo conquistar benefícios públicos.

Após o término do jantar, o pai em efusiva alegria pela comemoração da maioria de seu filho Janjão evoca a partilha do tempo transcorrido até esse dia: “Há vinte e um anos, no dia 5 de agosto de 1854, vinhas tu à luz, um pirralho de nada, e está homem, longos bigodes, alguns namoros...” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 288). Assim, adquirimos conhecimento da marcação histórica do conto, pois se Janjão comemora 21 anos, significa que este diálogo entre ambos se faz no ano de 1876. Tendo em vista o propósito de análise colimado, essa marcação histórica não é nenhum pouco gratuita.

O decênio em que Janjão veio à luz é o mesmo em que a interpretação histórico-sociológica de Faoro (1984) constatou ocorrer o auge da centralização imperial das atividades político-administrativas. É, pois, ao fim do decênio de 1850 em que a política dá as mãos ao dinheiro, permitindo que o patrimonialismo e o estamento atinjam o clímax, com a centralização, o monarquismo sem contestações, a sociedade dominada pelo Estado, uma vez que:

A intervenção do governo não se circunscreve às finanças e ao crédito. Ao contrário, desse centro ela se irradia sobre todas as atividades, comerciais, industriais e de melhoramentos públicos. O Estado autoriza o funcionamento das sociedades anônimas, contrata com os bancos, outorga privilégios, concede estradas de ferro e portos, assegura fornecimentos e garante juros. (FAORO, 1984, p. 434).

Por aí se nota como o Estado patrimonial e estamental-burocrático pode ser compreendido na própria análise imanente do conto *Teoria do medalhão*. O pai de Janjão possui experiências pautadas em observações empíricas, o que significa que a falta de qualquer menção a serviços no mercado em seus conselhos, para o filho alçar-se acima da obscuridade, está intimamente atrelada à manifestação social do decênio de 1850, cuja importância é a expansão do poder no quadro de atribuições concentradas no estamento. Faoro (1984) alega que a partir desse decênio aumenta rigorosamente a oposição do Estado contra a liberdade do indivíduo e a liberdade das atividades econômicas. Um dos resultados dessa centralização governamental consiste no fato de que “os talentosos, cobiçosos do mando, se engastam na máquina política, trocando a agricultura e o comércio, a aventura industrial, pelo emprego público, que dá a glória e o poder” (FAORO, 1984, 329).

3.2 “Venha o leitor comigo assistir à abertura do testamento do meu amigo Fulano Beltrão. Conheceu-o?”

Como indica o título desta subseção, o protagonista do conto Fulano já está falecido. Sua história a conhecemos pelo seu amigo que vai em direção ao juízo da provedoria para assistir a abertura pública de seu testamento

Este amigo menciona a importância de se ouvir o testamento de Fulano Beltrão devido haver, com praticamente certeza, “algumas determinações de interesse geral e honrosas para ele” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 436). No entanto, declara o narrador que antes do ano de 1863, Fulano Beltrão era diferente, já dando a entender que se morresse até esse ano, nenhuma importância teria seu testamento como agora o tem em 1884. A partir disso, inicia-se a narrativa do que aconteceu com Fulano Beltrão durante esses 21 anos. Assim, pretendemos demonstrar que o prestígio alcançado na estrutura social durante esse período de 1863 a 1884 é devido às relações pessoais, com intimidade em

diferentes círculos sociais, o que só pôde ocorrer em uma sociedade estamental que se baseia em honras sociais.

O narrador revela que, antes do ano de 1863, Fulano Beltrão ainda não possuía prestígio sociopolítico:

Porque até então era um homem muito metido consigo, reservado, morando no caminho do Jardim Botânico, para onde ia de ônibus ou de mula. Tinha a mulher e o filho vivos, a filha solteira, com treze anos. Foi nesse ano que ele começou a ocupar-se com outras coisas, além da família, revelando um espírito universal e generoso. (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 436).

Segundo o narrador, ele mesmo não sabe os motivos que levaram Fulano Beltrão a mudar de hábitos; contudo tem a certeza “que daquele ano [1863] em diante, e propriamente do mês de março, é que ele começou a aparecer mais. Era até então um casmurro, que não ia às assembleias das companhias, [...] absolutamente nada” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 436). Aspecto importante, pois, como vimos, o que importa é a honra social e o fato de que Fulano Beltrão não frequentava absolutamente nada da sociedade evidencia que ele era mero indivíduo, longe do estilo de vida do estamento.

Com efeito, DaMatta (1997) revela ser frutífero estabelecer a distinção entre pessoa e indivíduo, que parece básica na interpretação sociológica, sobretudo em se tratando de uma sociedade como a brasileira. Esquemáticamente, essa diferença entre o indivíduo e pessoa como assinala DaMatta, consiste que:

Para os adversários, basta o tratamento generalizante e impessoal da lei, a eles aplicada sem nenhuma distinção e consideração, isto é, sem atenuantes. Mas, para os amigos, tudo, inclusive a possibilidade de tornar a lei irracional por não se aplicar a eles. A lógica de uma sociedade formada de “panelinhas”, de “cabides” e de busca de projeção social jaz na possibilidade de se ter um código duplo relacionado aos valores da igualdade e da hierarquia. (DAMATTA, 1997, p. 217).

Então, ser pessoa, na dinâmica social brasileira, é ser “alguém que é ‘realmente alguém’”, explica DaMatta (1997, p. 205). Dessa forma, concebe-se que a sociedade brasileira é totalmente avessa a quem é individualizado. Daí este narrador classificar o protagonista como “um homem muito metido consigo”, sendo que isto não deve ocorrer em uma sociedade cuja dinâmica é permeada pelo sistema de relações pessoais; também é importante o fato de ele mencionar que antes do ano de 1863 estava em uma “vida de bicho do mato”, pois acreditamos que estes dois modos a classificar a vida antiga de Fulano Beltrão fazem parte das “inúmeras expressões que denotam o desprezo pelo ‘indivíduo’” (DAMATTA, 1997, p. 231), que são evocadas especificamente aqui no Brasil. Como explica DaMatta,

essas expressões são usadas “como sinônimo de gente sem princípios, um elemento desgarrado do mundo humano e próximo da natureza, como os animais” (DAMATTA, 1997, p. 231).

A data de ruptura de comportamento também é importante. De fato, Caldeira (1999) expõe que exatamente no auge do II Reinado, no decênio de 1850, “tornou-se objetivo da política econômica impedir a capitalização do mercado livre. Para isso, foi necessário estatizar o sistema financeiro e aumentar o gasto público” (CALDEIRA, 1999, p. 385). Tal incidência corrobora a base estrutural do Estado patrimonialista advogado por Faoro (1984) e, ainda por cima, nos faz concluir que foi por essa frustração que Fulano Beltrano decidiu mudar de comportamento.

Ao contrário do que aconteceria até o ano de 1863, Fulano Beltrão entrou em um processo de deixar de ser indivíduo para se tornar uma pessoa. Se individualizar “significa, antes de tudo, desvincular-se dos segmentos tradicionais como a casa, a família, o eixo das relações pessoais como meio de ligação com a totalidade” (DAMATTA, 1997, p. 232), Fulano Beltrão busca, então, participar das relações estamentais, integrando-se desse modo à totalidade. Para tanto, ele inicia fazendo publicidade de si para a sociedade:

Já naquele mês de março, a vinte e dois ou vinte e três, presenteou a Santa Casa da Misericórdia com um bilhete da grande loteria de Espanha, e recebeu uma honrosa carta do provedor, agradecendo em nome dos pobres. Consultou a mulher e os amigos, se devia publicar a carta ou guardá-la, parecendo-lhe que não a publicar era uma desatenção. Com efeito, a carta foi dada a vinte e seis de março, em todas as folhas, fazendo uma delas comentários desenvolvidos acerca da piedade do doador. (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 437).

Esse fato da doação na história de Fulano Beltrão que resulta em comentários acerca de sua piedade, e que acrescentaríamos nós acerca de sua caridade, é um aspecto muito significativo. Para DaMatta (1997), é também na esfera das pessoas, que aparece a ideologia da bondade e da caridade que constitui um dos pontos altos do sistema hierarquizado. Desse modo, temos sempre a caridade:

Nunca a filantropia (que é um sistema de ajuda ao próximo, voltado muito mais para a construção social), e assim reforçamos as “éticas verticais” que, ligando um superior a um inferior pelos sagrados laços da patronagem e da moralidade, permitem muito mais a perspectiva complementar das relações hierárquicas do que as antagônicas. (DAMATTA, 1997, p. 234).

Com caridades, Fulano Beltrão faz sua autopublicidade à sociedade, inserindo-se assim no sistema de relações pessoais, justamente com o reforço das relações hierárquicas. Assim, Fulano Beltrão alforria escravos, organiza um grande baile para celebrar a vitória do Almirante Riachuelo, tudo, absolutamente tudo, com as devidas notas publicitárias em jornais.

Juntamente com as publicidades, Fulano Beltrão começa a frequentar a sociedade, a deixar de ser um casmurro, a deixar de ser um bicho do mato. Se a sociedade brasileira tem como centro a pessoa e não o indivíduo, e “o papel mais utilizado pelas pessoas nas suas relações com o outro é a hierarquia” (DAMATTA, 1997, p. 234), então tudo estaria a favor de Fulano Beltrão. Realmente, o narrador revela que:

No fim de três anos, ou menos, entrara o meu amigo nas cogitações públicas; o nome dele era lembrado, mesmo quando nenhum sucesso recente vinha sugeri-lo, e não só lembrado como adjetivado. Já se lhe notava a ausência em alguns lugares. Já o iam buscar para outros. (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 438).

Ingressando-se cada vez mais no estamento, e assim se elevando na hierarquia, Fulano Beltrão decidiu até participar da política, tentando obter o cargo de Deputado. Muito curioso é o fato narrado sobre essa decisão. Vejam como Fulano Beltrão incorporou a ideologia da moralidade pessoal:

Foi em março ou abril de 1868 que ele declarou aderir à situação, não à socapa, mas estrepitosamente [...]. Viu-se na câmara vibrando um aparte, ou inclinado sobre a balaústra, em conversa com o presidente do conselho, que sorria para ele, numa intimidade grave de governo. E aí é que a galeria, na exata acepção do termo, tinha de o contemplar. (DAMATTA, 1997, p. 269).

Infelizmente para Fulano Beltrão não foi possível ingressar na câmara como Deputado. Mas, o fato de ao considerar ingressar, Fulano Beltrão viu-se em intimidade social com o presidente da câmara; como vimos, a intimidade social permite e legitima a existência de um “nível de relações sociais com foco na pessoa” (DAMATTA, 1997, p. 195). E como seria bom ser amigo íntimo do presidente da câmara para que em algum momento constrangedor perguntasse “Sabe com quem está falando?”.

Assim, a dinâmica patrimonial exacerbou práticas clientelares, que fortaleciam e reproduziam as ligações sociais e econômicas no exercício de cargos técnicos ligados à estrutura burocrática do Estado.

Finalmente, temos a abertura e leitura do testamento de Fulano Beltrão. Com um cerimonial muito bonito, é lido que Fulano Beltrão deixa alguns nomes de

amigos como legados de herança, além da filha, algumas caridades, e principalmente deixa dinheiro:

Para servir de começo a uma subscrição pública destinada a erigir uma estátua a Pedro Álvares Cabral. “Cabral, diz ali o testamento, não pode ser olvidado dos brasileiros, foi o precursor do nosso império”. Recomenda que a estátua seja de bronze, com quatro medalhões no pedestal, a saber, o retrato do bispo Coutinho, presidente da constituinte, o de Gonzaga, chefe da conjuração mineira, e o de dois cidadãos da presente geração “notáveis por seu patriotismo e liberalidade” à escolha da comissão, que ele mesmo nomeou para levar a empresa a cabo. (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 440).

O conto termina com o narrador declarando que o justo seria que figurasse num dos medalhões do pedestal da estátua o retrato de Fulano Beltrão. Vê-se, em princípio, o enorme prestígio especial no modo como o narrador trata Fulano Beltrão.

Além disso, todavia, o leitor mais astucioso se indagará: afinal como Fulano Beltrão não será um dos retratos no medalhão se foi ele mesmo que nomeou a comissão para levar a cabo a realização da estátua? Ainda por cima: se é uma sociedade permeada pelo sistema de relações pessoais, é claro que esta nomeação é uma patronagem, e que, portanto, ficaram em débito com Fulano Beltrão, escolhendo-o obviamente para ser um medalhão. Pois “os medalhões, as pessoas, não foram feitos para essas leis que igualam e tornam os indivíduos meros recipientes, sem história, relações pessoais” (DAMATTA, 1997, p. 236). Vale notar que não se trata de um êxito econômico, levando-nos a inferir que o Estado patrimonialista e o estamento-burocrático são o princípio organizativo da estrutura do conto. Campante (2003) expõe que para Faoro o estamento-burocrático tem origem no patrimonialismo e reforça-o; o autor esclarece de forma iluminadora essa camada organizada que para Faoro se define politicamente por suas relações com o Estado:

O instrumento de poder do estamento é o controle patrimonialista do Estado, traduzido em um Estado centralizador e administrado em prol da camada político-social que lhe infunde vida. Imbuído de uma racionalidade pré-moderna, o patrimonialismo é intrinsecamente personalista, tendendo a desprezar a distinção entre as esferas pública e privada. Em uma sociedade patrimonialista, em que o particularismo e o poder pessoal reinam, o favoritismo é o meio por excelência de ascensão social, e o sistema jurídico, lato sensu, englobando o direito expresso e o direito aplicado, costuma exprimir e veicular o poder particular e o privilégio, em detrimento da universalidade e da igualdade formal-legal. O distanciamento do Estado dos interesses da nação

4 A estratégia da autopublicidade cotidiana

Acreditamos que o comportamento humano subjacente aos conselhos do pai de Janjão e ao próprio comportamento de Fulano Beltrão representam a lógica do processo histórico-social do perfil patrimonial e estamental-burocrático da sociedade brasileira. Como vimos, para os personagens dos dois contos, o feliz gozo de uma futura existência em que se possui notabilidade pública está, sem dúvida, subordinada à estrutura burocrática do Estado

É conhecida a presença da distribuição de privilégios e favores governamentais no Estado brasileiro, de modo que posições e cargos são indistintamente explorados a fim de se extrair benesses pessoais. O processo de ingresso nessa cultura política patrimonialista é delineada pelos contos *Teoria do medalhão* e *Fulano*.

A necessidade de não refletir, de não cultivar ideias próprias, é tão importante nos contos, que Janjão e Fulano Beltrão precisam estar profundamente inclinados a adaptarem-se às condutas fixadas normativamente pela sociedade. Assim, o pai de Janjão lhe indica que, por ser a suspensão cognitiva fundamental para tornar-se medalhão, debilite em si mesmo o mero vislumbre de ideias próprias:

Podendo acontecer que, com a idade, venhas a ser infligido de algumas ideias próprias, urge aparelhar fortemente o espírito. As ideias são de natureza espontâneas e súbitas [...]. Daí a certeza com que o vulgo, cujo faro é extremamente delicado, distingue o medalhão completo de medalhão incompleto.

— Creio que assim seja; mas um tal obstáculo é invencível.

— Não é; *há um meio; é lançar mão de um regime debilitante*, ler compêndios de retórica, ouvir certos discursos, etc. O voltarete, o dominó e o *whist* são remédios aprovados. [...] O bilhar é excelente. Se te aconselho excepcionalmente o bilhar é porque as estatísticas mais escrupulosas mostram que três quartas parte dos habituados do taco partilham as opiniões do mesmo taco. (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 290, grifo nosso)

Daí põe-se ao filho a estratégia de um “regime debilitante” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 290), a partir da qual consegue-se fazer uma boa autopublicidade, pois utiliza “as frases feitas, as locuções convencionais, as fórmulas consagradas pelos anos, incrustadas na memória individual e pública” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 291). De igual forma, é pela autopublicidade cotidiana que Fulano Beltrão logra começar a adentrar nas esferas de prestígio sociopolítico

A significação da estratégia de autopublicidade é, primeiramente, a excepcional condição de criar uma *persona social*, permitindo que o nome de Janjão e Fulano Beltrão penetre em grupos distintos da sociedade, acarretando em referência, que num processo evolutivo fará que sempre seja lembrado nos diálogos cotidianos. Por isso, o pai de Janjão lhe salienta que:

A publicidade é uma dama loureira e senhoril, que tu deves requestar à força de pequenos mimos, confeitos, almofadinhas, coisas miúdas, que antes exprimem a constância do afeto do que atrevimento e ambição. [...] Longe de inventar um “Tratado científico da criação dos carneiros”, compra um carneiro e dá-o aos amigos sob forma de um jantar, cuja notícia não pode ser indiferente aos seus concidadãos. Uma notícia traz outra; cinco, dez, vinte vezes pões o teu nome ante os olhos do mundo. Comissões ou deputações para felicitar um agraciado, um benemérito, um forasteiro, têm singulares merecimentos, e assim as irmandades e associações diversas, sejam mitológicas, cinegéticas ou coreográficas. Os sucessos de certa ordem, embora de pouca monta, podem ser trazidos a lume, contanto que ponham em relevo a tua pessoa. Explico-me. Se caíres de um carro, sem outro dano, além do susto, é útil mandá-lo dizer aos quatro ventos, não pelo fato em si, que é insignificante, mas pelo efeito de recordar um nome caro às afeições gerais. Percebeste? (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 292).

A partir das perspectivas de ação implicadas na estratégia de autopublicidade, compreende-se o intuito de consolidar uma opinião pública acerca de si mesmo. Nessa mesma perspectiva, em que a coordenação da própria conduta deriva da opinião pública e não em face de critérios examinados à luz dos fatos empíricos, configuram-se as perspectivas de ação que a estratégia de autopublicidade implica.

Entendido isto, ver-se-á que a maior parte, quando não a totalidade, das relações sociais de Janjão e Fulano Beltrão conservam uma máscara em relação aos seus objetivos. Tal mascaramento, não poupará “os melhores amigos, os parentes” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 292); – em última análise, o medalhão, resultante do prestígio sociopolítico, tecido artificialmente na viciosa manipulação dos modos de interagir e comunicar, alcança sua conquista da notabilidade inescrupulosamente.

Nesse sentido, a própria sociedade é inescrupulosa, sem nenhuma virtude superior que a distingue, dado que os padrões de conduta são exigidos por ela mesma. Sendo assim, acreditamos que os contos *Teoria do medalhão* e *Fulano* desempenham o que Bosi denominou de “o triunfo do signo público” (BOSI, 2003, p. 86). Trata-se da soberania das convenções sociais em detrimento da consciência individual, donde “a necessidade de proteger-se e de vencer na vida — mola universal — só é satisfeito pela união ostensiva do sujeito com a Aparência dominante” (BOSI, 2003, p. 86).

Após a exposição da estratégia de autopublicidade, a tônica do diálogo entre pai e filho cai sobre a possibilidade de Janjão lograr uma carreira política. O que se pretende, em suma, ao ingressar na carreira política é tão somente a conquista de benefícios para si mesmo. A principal estratégia adequada a esse fim será não aderir a nenhuma tipologia partidária, expandido assim perspectivas de ação à diversos grupos políticos, uma vez que:

Toda a questão é não infringir as regras e obrigações capitais. Podes pertencer a qualquer partido, liberal ou conservador, republicano ou ultramontano, com a cláusula única de não ligar nenhuma ideia especial a esses vocábulos, e reconhecer-lhes somente a utilidade. (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 294, grifo nosso).

Sem aderir a nenhuma tipologia partidária, portanto, maior será a conquista de influências e patrocínios para que tenha êxito no ingresso à carreira política. Assim, a política, mascarada de palavras, revela-se a arte dos mais ambiciosos, capazes de manusear as ideias retóricas para apoderar-se dos cargos políticos. A ênfase dada pelo pai de Janjão à metafísica política evidencia justamente que a conduta do político se compraz apenas no jogo das ideias, – que é sempre gratuito e frívolo.

Vimos que o estamento conjuga valores e convenções homogêneas, e quem pretende nele ingressar precisa modelar os próprios ideais ao dele, com estrita submissão. Assim sendo, endossamos o fato de que a necessidade de Janjão e Fulano Beltrão coordenarem a própria conduta pelos valores da opinião pública está fundada na lógica da honra social do estamento brasileiro, e que assim ocorre a redução estrutural destes processos histórico-sociais para estruturar a coerência interna dos contos *Teoria do medalhão e Fulano*.

Faoro (1984) alega que por esse fato do Estado estar acima da sociedade, ele possui completamente o controle popular; e assim o estamento, como camada dirigente, impõe aos indivíduos suas decisões políticas, seus valores. Com isso, “incorpora as gerações necessárias ao seu serviço, valorizando pedagógica e autoritariamente a reserva para seus quadros, cooptando-os, com a marca de seu cunho tradicional” (Faoro, 1984, p. 743). Os personagens Janjão e Fulano Beltrão são esses indivíduos cooptados pelo estamento. Todo o esforço deles é, na realidade, a tentativa de demonstrar que possui esses mesmos valores e estilo de vida que lhe são fixados pelo estamento, a fim de angariar um cargo público, posto que “o cargo público, a velha realidade do estamento, será o único foco do poder, poder que dá prestígio, enobrece, propicia e legitima a riqueza” (FAORO, 1984, p. 310).

Daí poder-se concluir que ambos os contos permitem visualizar um estilo político em que o poder é arbitrário, originado por uma tradição que trata a coisa pública como privada, dificultando boas relações a nível entre Estado e sociedade, por estabelecer uma cultura política patrimonialista que persiste em favorecer as relações pessoais.

5 Algumas considerações finais

Com o nosso empreendimento analítico, esperamos ter demonstrado a riqueza e o vigor expressivo dos contos *Teoria do medalhão* e *Fulano*. Pretendeu-se, também, demonstrar e ampliar as possibilidades de análise do texto literário machadiano a partir do instrumental teórico da cultura política, e em especial do patrimonialismo e estamento-burocrático, evidenciando a utilidade heurística dos estudos de Faoro para explicar boa parte dos conflitos sociais do II Reinado, embora seus conceitos e análises não esgotem a realidade social. A sobrevivência do patrimonialismo implica a crença de que por meio do estamento-burocrático se conquistará o prestígio sociopolítico, consoante a representação do comportamento implícito nos conselhos do pai de Janjão e no comportamento explícito de Fulano Beltrão, proporcionando que o mundo imaginário dos contos em questão registre uma avalanche desumanizadora devido ao vácuo ético criado quando a reflexão crítica cede lugar aos desejos e paixões de prestígio e ascensão sociopolítica.

Referências

- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 2003.
- CALDEIRA, Jorge. O agônico relógio das delícias. In: _____. *A nação mercantilista*. São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 367-391.
- CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. *Revista Dados* [online], IESP/UERJ, 2003, v. 46, n. 1, p. 153-193, 2003.
- CANDIDO, Antonio. *O Discurso e a cidade*. São Paulo: Duas cidades, 1993.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Um crítico do Estado: Raymundo Faoro. In: _____. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 227-261.
- DAMATTA, Roberto. Sabe com que está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: _____. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 179-248.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1984.
- FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. *Revista Eletrônica da USP* [online], São Paulo, n. 17, p. 14-29, 1993, mar./maio 1993.
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Globo, 2001.
- FERREIRA, Gabriela Manduca. *Interpretações do realismo na obra de Machado de Assis: realidade, política e crítica nos regimes autoritários brasileiros*. 2016. 288 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2016.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: impostura e realismo. Uma reinterpretação de Dom Casmurro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GRANJA, Lúcia. Muito abelhudo, muito amável. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 10, p. 62-67, 2006.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria de. *Obra Completa*. 3 volumes. Organização de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

WEBER, Max. Classe, Estamento, Partido. In: GERTH, Hans; MILLS, WRIGHT (Org.). *Max Weber – Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 211-228.

Para citar este artigo

SILVA, Rafael Lucas Santos da. A falta de limites entre o público e o privado: as características do patrimonialismo no II Reinado nos contos Teoria do medalhão (1882) e Fulano (1884), de Machado de Assis. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 7, n. 2, p. 501-521, maio-ago. 2018.

O autor

Rafael Lucas Santos da Silva atualmente é mestrando na área de Estudos Literários, na Linha de Pesquisa Literatura e Historicidade, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Possui Graduação em Letras Português/Espanhol e Respectivas Literaturas na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu.